



Relatório 1

Relatório das atividades
correspondentes ao sub-produto 1.1 do
INRC DA REGIÃO DO CAFÉ DO SUL
DO ES (Muqui e Mimoso do Sul)

INTERESSADO
IPHAN - ES

Campinas
MARÇO DE 2013





Equipe DEMACAMP

Mestre em Antropologia Social	Sylvio Fleming Batalha da Silveira
Cientista Social	Luís Henrique Rodrigues
Cientista Social	Breno Silva





ÍNDICE

Relatório I

Muqui e Mimoso do Sul, ES

1.	APRESENTAÇÃO	4
2.	OS OBJETIVOS DA ATIVIDADE: IDENTIFICAÇÃO E DELIMITAÇÃO DA REGIÃO A SER INVENTARIADA	4
3.	REALIZAÇÃO DE UMA VIAGEM A CAMPO	5
4.	PESQUISA EM FONTES PRIMÁRIAS E SECUNDÁRIAS	12
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
	BIBLIOGRAFIA REFERENCIADA	39





I. APRESENTAÇÃO

Este relatório corresponde ao primeiro dentre os três sub-produtos em que está dividida a primeira etapa (Levantamento Preliminar) do INRC da Região do Café do Sul do ES (Muqui e Mimoso do Sul), Processo 01409.000378/2012-25. De acordo com o Termo de Referência, corresponde à atividade de identificação e delimitação da região a ser inventariada, cuja descrição mais detalhada segue:

- Viagem a campo para identificação e levantamento de documentos, mapas, informações específicas e verificação das condições práticas do trabalho;
- Delimitação em conjunto com as comunidades da região a ser inventariada, indicando suas subdivisões em sítios e localidades;
- Reunião e sistematização das informações disponíveis sobre a região;
- Pesquisa em fontes primárias e secundárias (teses, dissertações, relatórios técnicos, livros, ensaios, dentre outros), legislações, documentos oficiais e produtos audiovisuais, devidamente creditados e sistematizados sobre o tema tratado.

2. OS OBJETIVOS DA ATIVIDADE: IDENTIFICAÇÃO E DELIMITAÇÃO DA REGIÃO A SER INVENTARIADA

Apesar do título da pesquisa encomendada pelo IPHAN conter em si uma delimitação – os municípios de Muqui e Mimoso do Sul –, na verdade, a primeira tarefa da equipe consiste em circunscrever qual será o território dentro do qual será feito o levantamento preliminar de bens culturais. Esses bens estão classificados pelo IPHAN em cinco categorias: celebrações; formas de expressão; lugares; edificações; ofícios e modos de fazer. Por ser um levantamento preliminar, deverá ser o mais amplo possível, abarcando tanto bens que estejam em vigência quanto aqueles que estejam em desuso.

As estratégias metodológicas previstas pelo IPHAN para se levantar esses bens são de dois tipos: implicam, por um lado, num acesso ao conhecimento documental acumulado sobre





o sítio; e, de outro, “o que a comunidade destaca de forma reiterada como bem de significação diferenciada” (MinC/IPHAN, 2000, 37), e como essas referências estão presentes nas práticas sociais atuais e na memória. Como critério de seleção desses bens o manual do INRC (MinC/IPHAN, 2000) sugere uma certa territorialização cultural¹.

As fontes primárias e secundárias com que trabalhamos se referem a um universo que abrange o Estado do Espírito Santo, a região Sul do estado, aos municípios de Muqui e Mimoso do sul, e a alguns que com eles fazem divisa – como Cachoeiro do Itapemirim e Atílio Vivácqua. As entrevistas e observações diretas foram feitas, até agora, principalmente nos municípios de Muqui e Mimoso do Sul. Como veremos, as duas estratégias foram complementares para iniciarmos a identificação de uma região cultural (Sítio) e sua delimitação.

No que se segue, relatamos esses trabalhos de pesquisa e seus primeiros resultados. Veremos que, no caso da nossa pesquisa, por motivos abaixo justificados, acabamos invertendo um pouco a orientação do INRC de iniciar por uma ampla pesquisa bibliográfica, e em seguida dirigir-se a campo. Ainda que concordemos plenamente com a sequência proposta na metodologia do INRC, na prática iniciamos pelo campo, para depois nos determos na pesquisa bibliográfica. No decorrer do relatório, ao relatarmos a experiência de campo, vamos destacando algumas informações que posteriormente ajudaram a orientar a pesquisa bibliográfica, no nosso esforço de identificação e delimitação do território.

3. REALIZAÇÃO DE UMA VIAGEM A CAMPO

A primeira viagem a campo foi feita entre os dias 04 e 09 de janeiro de 2013. Segundo a orientação metodológica do INRC, é mais recomendável que se avance consideravelmente a pesquisa documental e bibliográfica antes de ir a campo. No nosso caso, entretanto, as primeiras informações que a equipe teve acesso sobre a vida cultural do município de Muqui e região apontavam para a importância da Folia de Reis entre as manifestações culturais tradicionais. O calendário dessa manifestação, incluindo centralmente

¹ “O que se verifica ser relevante comparativamente, por semelhança ou contraste com o que ocorre na região de entorno da área inventariada” (MinC/IPHAN, 2000, 37).





o período natalino até o dia 06/01, exigia a nossa presença pelo menos nos dias finais do ciclo ritual.

Nosso objetivo principal com a antecipação da viagem era o de observar diretamente no seu contexto característico algumas jornadas de folias de reis. Ainda que não tivéssemos organizado um registro em vídeo tecnicamente mais profissional (que serviria depois para o documentário etnográfico, um dos produtos finais do trabalho), sabíamos que, do ponto de vista etnográfico, era fundamental essa experiência direta dos nossos técnicos antropólogos com apresentações de folia. O conhecimento técnico antropológico ergue-se sobre a base da experiência etnográfica, que pressupõe uma vivência junto às manifestações estudadas².

Ainda que naquele momento da primeira viagem a campo não tivéssemos feito uma pesquisa bibliográfica mais aprofundada sobre a região, nossa estadia por cinco dias nos municípios de Muqui e Mimoso do Sul permitiu-nos obter conhecimentos importantes para alcançar o objetivo de identificação e delimitação da região a ser inventariada. Esses conhecimentos de campo ajudaram muito orientando a pesquisa bibliográfica, na formulação de hipóteses etc. Também a segunda viagem a campo, feita durante o Carnaval de 2013, para a observação e registro do Carnaval Folclórico de Muqui e do Boi Pintadinho foi fundamental para a orientação das pesquisas bibliográficas na medida em que também cumpriu sua função de permitir-nos observar diretamente a força presente e as características peculiares de determinadas práticas sociais como o Carnaval de Muqui, e a forma de expressão Boi Pintadinho.

Além da observação direta da Folia de Reis em Muqui e Mimoso do Sul e do carnaval em Muqui, realizamos diversas conversas/entrevistas nessas duas primeiras viagens, particularmente na primeira, onde pudemos coletar diversos tipos de informações de interesse geral para o Inventário como um todo.

Para os interesses deste relatório em específico forneceram informações sobre quais seriam, do ponto de vista deles, os bens culturais imateriais mais importantes no município e na região em que vivem, e sobre onde poderíamos encontrar esses bens, sua importância local, fazendo um mapeamento preliminar do patrimônio imaterial nessa região, com os respectivos contatos. Ficamos atentos também para a citação de municípios limítrofes a Muqui e Mimoso

²Estas referências metodológicas serão melhor desenvolvidas no relatório final da Etapa 1.





do Sul (nossa hipótese provisória de delimitação territorial), em que ocorrências de bens culturais poderiam ampliar nosso território de investigação. De fato, em algumas das conversas apareceram os municípios de Cachoeiro de Itapemirim, com a ocorrência de grupo de Boi Pintadinho e de folia, assim como o município de Apiacá, onde teria uma forma de expressão em comum com Muqui: o Jaguará. O município de Afílio Vivcáqua também apareceu nas conversas com os foliões de reis, onde foi citado o Encontro de Folias de Reis da Comunidade de Linda Aurora, que ocorre todo ano no dia 06 de janeiro.

Nas entrevistas aparecem também informações sobre a antiguidade das manifestações culturais, os sentidos que perpassam as práticas culturais, acionando temas como as identidades étnicas e de classe, assim como informações sobre história de vida, do próprio informante e de seus ancestrais.

Na entrevista com Dulcínio Gasparelo, mestre da Folia Os Três Reis do Oriente – uma das mais antigas e respeitadas na região³ – soubemos que seu avô migrou do Norte Fluminense para a região de Muqui e Mimoso, e que, apesar de ele ter esse nome de origem italiana, e traços fenotípicos predominantemente brancos, sua avó era negra.

José Rodrigues de Souza conhecido como Zé do Cruzeiro⁴, mestre da Folia de Reis Estrela Guia do Mártir São Sebastião, negro, morador no alto do morro do Cruzeiro na periferia de Muqui, e liderança reconhecida em várias manifestações tradicionais na cidade, falou-nos de seu terreiro de Umbanda, e das relações entre esta e a prática do Boi Pintadinho. Foi Zé do Cruzeiro quem nos conduziu até a comunidade de Itororó, ou Tororó, para observarmos o início da última jornada do ciclo de reis da folia do mestre José Elias Sa Luci – Zé do Colero. O Itororó é um bairro rural⁵ com casas simples construídas de adobe, com pilares de madeira, e com uma fundação característica de pedras, tendo assim a aparência de serem bem antigas⁶.

No dia seguinte, fomos observar a chegada da folia na casa de Luiz Bettero. Esta casa situa-se numa localidade chamada Fazenda Fortaleza, onde ainda existe a propriedade

³Zé do Cruzeiro nos apresentou Dulcínio Gasparelo, como contato importante na Folia de Reis. Mas a indicação de ser ela uma das mais respeitadas na região está na dissertação do antropólogo Diogo Goltara (2010).

⁴José Rodrigues de Souza.

⁵De forma imprecisa, nos termos de Antonio Candido (CANDIDO, 1977).

⁶Não faz parte do escopo deste relatório uma mais detalhada caracterização dessas comunidades que existem na área rural de Muqui e região. Em relatório posterior, desenvolveremos melhor esse aspecto.



principal, edificação bem conservada⁷, junto de um pequeno lago artificial e uma igreja, construída no início do século XX por colonos italianos, que está bem preservada e bem conservada. Nesta localidade, segundo conversa que tivemos com Luiz Bettero e esposa, existe a Pedra da Cruz, uma pedra rachada no formato de uma cruz, debaixo da qual foi construído um oratório. Nessa fazenda, também foi realizada, durante mais de dez anos, até o ano de 2007, uma grande festa anual ligada à Igreja Católica.

Na volta da Fazenda Fortaleza, Zé do Cruzeiro guiou-nos por um caminho (estradas de terra) levando-nos a outros lugares onde se localizam várias das fazendas de café que ali se instalaram durante o século XIX, e a partir das quais originou-se a sede urbana do atual município de Muqui. Como a fazenda Santa Tereza do Sumidouro, erguida em 1859 pelo fazendeiro José Pinheiro de Souza Werneck, considerado por algumas das narrativas mais conhecidas da fundação de Muqui⁸, como o fazendeiro pioneiro na região do Vale do Rio Sumidouro, por intermédio de quem vieram os outros. Ainda neste caminho, pudemos observar a existência das ruínas de um antigo engenho de açúcar, e entradas para outras fazendas como a Fazenda dos Andes, a Fazenda Candura etc.

Cláudio Furtado, o Caéco, turismólogo e ex-secretário de cultura de Muqui⁹, forneceu-nos várias informações que também estão sendo úteis para a identificação e delimitação do território a inventariar. Falou-nos da existência de um projeto da Associação de Ex-Alunos do Colégio de Muqui de montar o “Museu Dirceu Cardoso – Muqui e sua História”, e que Dirceu Cardoso, natural de Miracema, no Norte Fluminense, foi Senador da República e organizador do Primeiro Torneio de Folias em Muqui.

Apresentou-nos também algumas características do Boi Pintadinho e do carnaval em Muqui. Falou-nos que o boi é uma manifestação preponderantemente popular que domina atualmente o carnaval na cidade, e que, apesar de ser muito tradicional na região, está sujeito ao surgimento de algumas inovações, como por exemplo, o grupo da Vaca Mocha, versão feminina desta forma de expressão, formado por senhoras de classe alta da cidade. Por fim, apresentou-nos uma lista por escrito denominada “Grupos Folclóricos de Muqui”, atuantes no

⁷O que não quer dizer bem preservada. Mas, este detalhamento será melhor desenvolvido no relatório final desta etapa (etapa 1).

⁸Ver, por exemplo, o texto de LOPES, Almerinda da Silva. ‘O casario eclético de Muqui e a persistência da memória arquitetônica e cultural’ (in) CAPAI, Humberto. Muqui, terra de reis. Vitória: Usina de Imagem, 2012. Belo livro de fotos com textos.

⁹Secretaria de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer de Muqui.



município, constando 18 grupos de Bois Pintadinhos, 01 Jaraguá, 01 Caxambu, 01 de Capoeira, 01 bloco de carnaval e 09 grupos de Folias de Reis.

Em Mimoso do Sul, tivemos contato com Renato Garcia Aleixo, funcionário do Departamento de Cultura da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo. Este nos recebeu muito bem, concedendo uma entrevista de quase uma hora, onde indicou as localidades que seriam culturalmente interessantes no município, seus respectivos contatos e também qual ou quais bens culturais poderíamos lá encontrar. Ainda nessa entrevista, contou-nos com vários detalhes uma versão da história do hoje distrito de São Pedro do Itabapoana¹⁰, antiga sede municipal. Além desse distrito, citou-nos como culturalmente significativos os distritos de Conceição de Muqui, Santo Antônio de Muqui, D. América e São José das Torres. Dessas localidades, pudemos visitar nesta viagem São Pedro do Itabapoana, Conceição de Muqui e Santo Antônio de Muqui.

Quando chegamos em São Pedro do Itabapoana ficamos impressionados com o contraste entre a importância que o distrito teve no passado e a sensação de isolamento que se tem hoje em dia, um povoado que não tem mais de 1.000 habitantes. Em termos arquitetônicos, seu casario, de estilo colonial, diferencia-se muito do que existe no sítio histórico de Muqui, cujo estilo predominante é o eclético (LOPES, 2012¹¹) e *art déco* (SECULT/Governo do Estado do Espírito Santo¹², 2010).

Em termos de patrimônio imaterial, tivemos oportunidade de entrevistar um membro do Núcleo de Sanfona e Viola, o que não foi suficiente para entender a importância desse saber ou modo de fazer tradicionalmente na comunidade. Ainda há muito a ser pesquisado neste lugar, considerando o papel político e cultural que já teve no passado (e que desenvolvemos no próximo tópico) e o investimento de promoção do patrimônio imaterial que o próprio governo do estado ali realiza. Essas iniciativas de promoção do patrimônio cultural imaterial no distrito são o Núcleo Musical e o Festival da Sanfona e Viola, que, segundo fontes locais, atraindo mais de 20.000 pessoas todos os anos, em julho, para o povoado. Contato importante para conversarmos sobre a preservação da memória neste lugar chama-se Balbino.

¹⁰Na segunda parte do relatório, citamos a contribuição dele, dentre informações de fontes bibliográficas.

¹¹LOPES, Almerinda da Silva. O casario eclético de Muqui e a persistência da memória arquitetônica e cultural. (in) CAPAI, H. Muqui, terra de reis. Vitória: Usina de Imagem, 2012.

¹²SECULT/Governo do Estado do Espírito Santo. Sítio Histórico de Muqui – ES. Inventário de Conhecimento. Vitória, 2010.





Outra localidade visitada em Mimoso do Sul foi Conceição do Muqui, localizada na região Oeste do município, numa saliência da divisa administrativa. À primeira vista chamou-nos atenção a afirmação local de identidade étnica ítalo-samarinense, dado que lá é realizada anualmente a festa Ítalo-Samarinense, a que pudemos observar graças a um vídeo doado pelo presidente da associação comercial local, e lavrador, Rafael Landi.

Por fim, estivemos em Sto. Antônio de Muqui, pequeno conjunto de casas ladeando a estrada que liga Conceição de Muqui à sede do município. Lá pudemos entrevistar o Sr. Francisco Gomes Amado, lavrador (Chiquinho Amado), presidente da Associação de Folclore do Distrito de Santo Antônio de Muqui. Ele e sua esposa falaram muito do Boi Pintadinho “Boi Senhor”, do qual é dono, informando-nos da longa tradição desta forma de expressão neste lugar. Também falaram das Pastorinhas, auto de Natal “de tradição católica popular brasileira, com cenário, figurinos, canções e coreografia, representando o nascimento de Jesus Cristo” (TRINDADE, 2005: p. 222¹³). Segundo informações no livro citado, o distrito rural teria sido fundado “por descendentes da família Lopes, de origem portuguesa, procedentes de Minas Gerais” (TRINDADE, 2005: 222).

¹³TRINDADE, Silvana Cançado. Pastorinhas. (In) SEBRAE. Resgate Cultural da Bacia do Rio Itabapoana. Ouro Preto, Fundação de Arte de Ouro Preto, 2005.



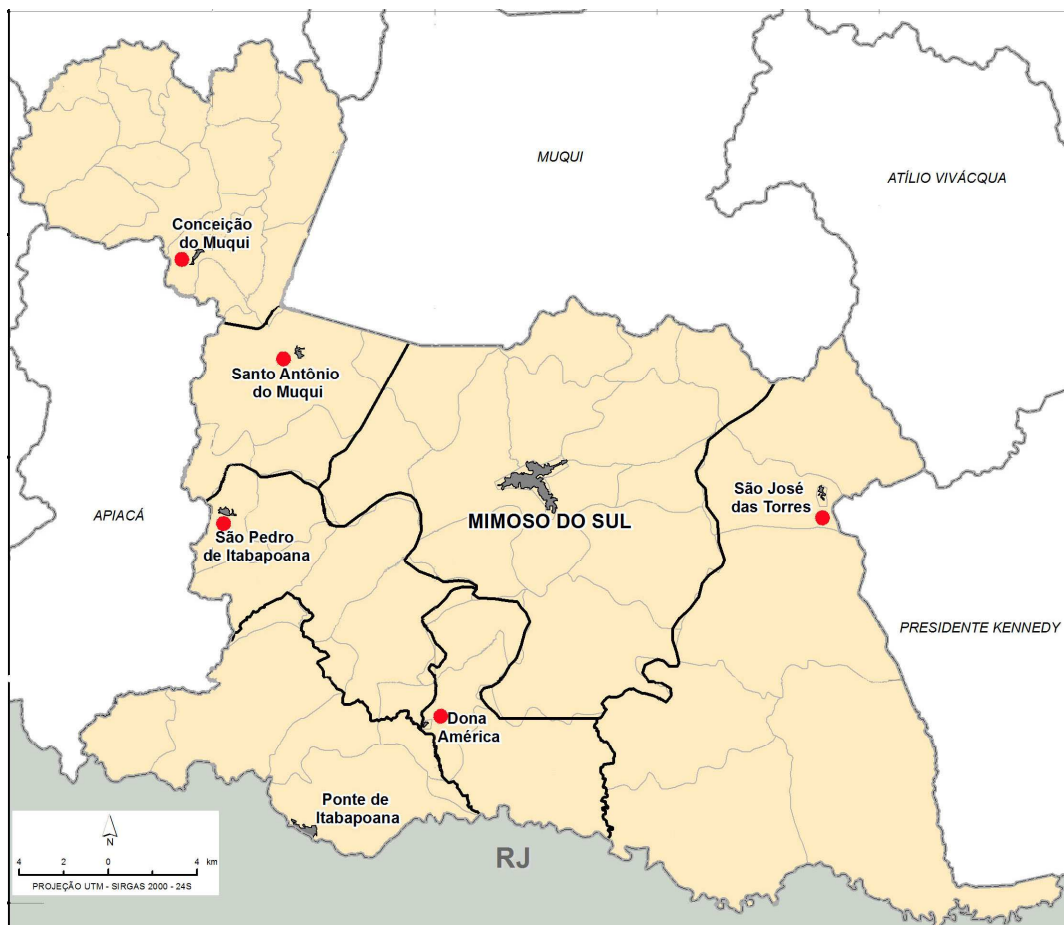


Fig1. Localidades identificadas no Município de Mimoso do Sul. Visitadas: São Pedro do Itabapoana, Santo Antonio de Muqui e Conceição de Muqui. Fonte: Instituto Jones dos Santos Neves, elaboração DEMACAMP



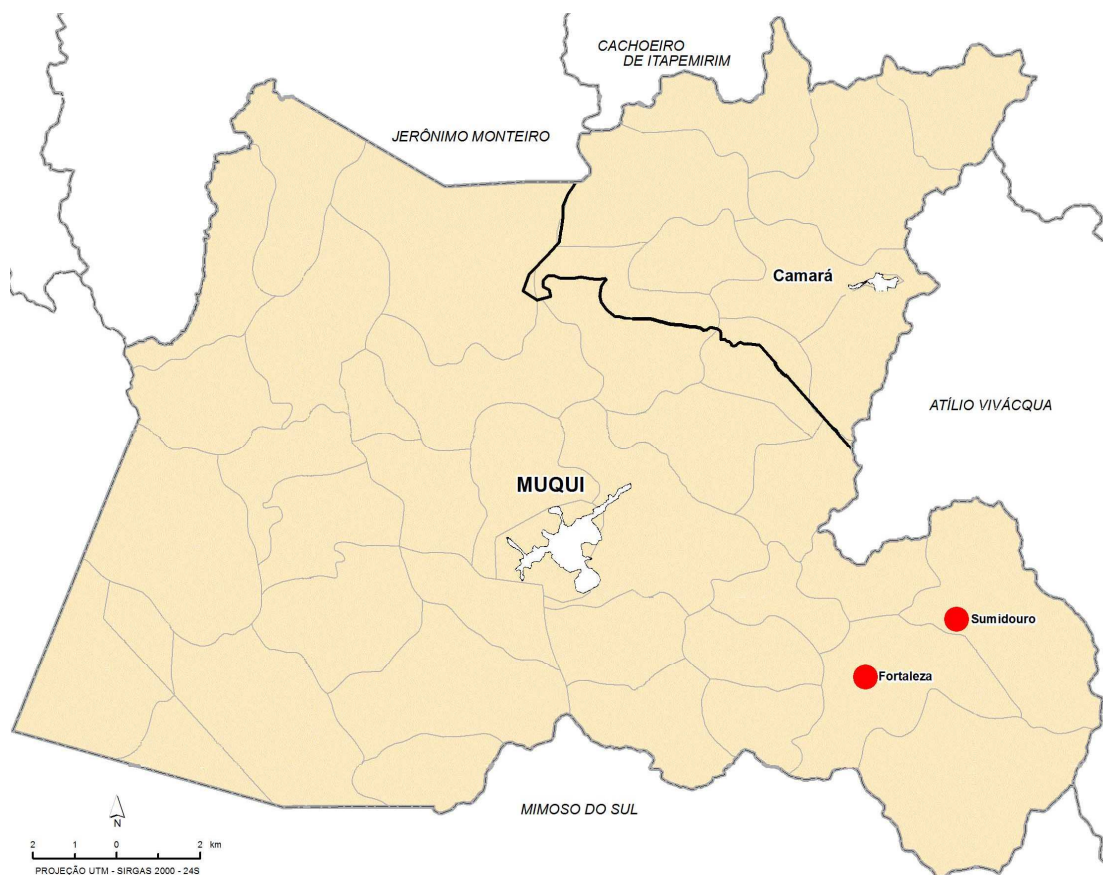


Fig2. Localidades Identificadas e visitadas no Município de Muqui. Fonte: Instituto Jones dos Santos Neves, elaboração DEMACAMP

Interessante observar algumas diferenças já detectadas entre os municípios de Mimoso do Sul e de Muqui. Com uma área de 869,431 km², Mimoso do Sul é quase três vezes mais extenso do que o município de Muqui, que tem área de 327,490 km². Além disso, a população de Muqui, com 14.396 hab., é bem inferior a de Mimoso do Sul, com 25.902 hab¹⁴. Enquanto Mimoso do Sul possui sete distritos (Mimoso do Sul, Ponte do Itabapoana, São Pedro do Itabapoana, Conceição do Muqui, Sto Antônio do Muqui, São José das Torres e Dona América), Muqui possui apenas dois (Muqui e Camará).

¹⁴IBGE - Censo Demográfico 2010.





4. PESQUISA EM FONTES PRIMÁRIAS E SECUNDÁRIAS

Ainda que a nossa primeira viagem a campo tenha sido proveitosa para o objetivo de identificação e delimitação do território a ser inventariado, ela sofreu, tal como já observamos antes, uma grande limitação em relação a esse objetivo, dado que não foi precedida de uma pesquisa mais aprofundada em fontes primárias e secundárias sobre a região, seus bens culturais e sua história.

Na verdade, já vínhamos realizando um levantamento dessas fontes bibliográficas e audiovisuais, registrando um número razoável de documentos de diversos tipos, como livros, publicações seriadas, pequenos impressos e relatórios, mas ainda não tínhamos feito uma leitura sistemática deles com o objetivo de responder à questão da identificação e delimitação do território a ser inventariado. Em reunião realizada no IPHAN, em 28/02/2013, a técnica Aline Miceli alertou para esse problema no nosso trabalho de pesquisa. A partir daí, passamos imediatamente a direcionar nosso levantamento bibliográfico e nossas leituras e fichamentos para esse objetivo.

Como forma de escaparmos da delimitação esboçada hipoteticamente no Termo de Referencia – ou seja, Muqui e Mimoso do Sul – deveríamos encontrar outro critério de delimitação que não fosse o administrativo-político de municípios. As delimitações administrativas e políticas são apenas uma das formas pelas quais o espaço é socialmente organizado. Há uma organização econômica, social e cultural que com ela se relaciona, e que contribui na construção das características de uma determinada região. Sendo assim, fomos pesquisar os processos econômicos, sociais, culturais e políticos que formaram o território capixaba, desenhando suas diferenciações internas. Isso nos conduziu a pesquisar tanto a historiografia clássica do estado, quanto a uma literatura mais atualizada. Nosso objetivo, nesse relatório, não é o de apresentar uma narrativa histórica completa sobre a região que abrange os municípios em questão (o que será feito na ficha de Sítio e Localidade), mas o de utilizar o conhecimento do processo de ocupação da região e da sociedade que ali se formou para a delimitação do território a ser inventariado.





Algumas características¹⁵ dos municípios de Muqui e Mimoso do Sul, observadas no trabalho de campo, orientaram a nossa pesquisa bibliográfica e histórica sobre a sociedade capixaba em geral, e particularmente na sua região Sul: as grandes fazendas de Café; as ferrovias e estações ferroviárias; a presença maciça da população negra; os descendentes de imigrantes italianos; e as formas de expressão do Boi Pintadinho e da Folia de Reis.

Essas chaves remetem a várias temporalidades distintas que buscamos dar conta com a pesquisa: no caso dos imigrantes italianos¹⁶ e as fazendas cafeicultoras, o século XIX e início do século XX. No caso dos negros, a sociedade capixaba escravocrata como um todo, abrangendo não só o século XIX e o Café, mas também os empreendimentos escravocratas dos séculos anteriores como os engenhos de açúcar e as fazendas de gado. O Boi Pintadinho remete para a importância do gado como forma de expansão da fronteira na sociedade colonial brasileira, e também no Espírito Santo. A Folia de Reis remete ao empreendimento colonizador na sua faceta evangelizadora, o que traz para cena outro componente étnico da sociedade colonial brasileira e capixaba ainda não mencionado: o indígena (e as missões religiosas).

A partir desses elementos chave e das temporalidades por eles suscitadas buscamos uma bibliografia que abrangesse todo esse escopo.

A partir do que observamos nas nossas viagens a Muqui e Mimoso do Sul, pode-se dizer que o elemento indígena está apagado da memória dominante dessa sociedade. Nos textos institucionais sobre o município de Muqui e seu patrimônio histórico (Prefeitura, Secretaria de Cultura e Turismo, SEBRAE, Secretarias de Estado, Museus, etc.) predomina uma narrativa que reconhece a origem do município com a chegada dos grandes fazendeiros de Café, praticamente não fazendo menção aos habitantes que aqui já se encontravam. Nossas pesquisas nos tem dado pistas de que haveria uma considerável população indígena habitando as terras do interior do estado, inclusive no Sul, até o século XIX.

A pesquisa histórica tem como objetivo a reconstituição da ocupação dessa região de Muqui e Mimoso do Sul desde o período colonial, passando pelo ciclo cafeicultor no século XIX e chegando aos nossos dias.

¹⁵Elas não esgotam, é claro, o conjunto de bens culturais a serem inventariados. São apenas um ponto de partida, simplificado como recurso metodológico.

¹⁶e outros como os sírio-libaneses. Ressaltamos os italianos apenas para simplificação.





Iniciamos nossas leituras pelo livro História do Estado do Espírito Santo, de José Teixeira de Oliveira. Este livro, cuja primeira edição é de 1951, a segunda de 1975, e a terceira de 2008, tem a característica de ter sido publicado e republicado por instituições oficiais do estado. Com quase setecentas páginas, e mais de vinte capítulos, baseado em vasta pesquisa documental, o texto traz muita informação detalhada sobre datas, lugares, personalidades, acontecimentos desde o século XVI até a primeira metade do século XX, sendo, ainda hoje, referencia não somente para o público em geral, mas também para as pesquisas acadêmicas. Na última edição (2008), a presença de um índice remissivo tem auxiliado muito nossas pesquisas.

Este livro deve ter sido um dos maiores responsáveis por algumas das noções básicas da narrativa dos capixabas sobre sua própria história. Ele parece tentar explicar o atraso do estado em relação ao desenvolvimento econômico dos outros estados do Sudeste. Essa explicação estaria já nos dois primeiros séculos de colonização, onde não teria se desenvolvido uma indústria canavieira com pujança, como ocorrera no Rio de Janeiro, por exemplo. Por outro lado, o que caracterizaria de positivo para o estado nesta época seriam os aldeamentos e reduções religiosas, principalmente as jesuítas – para o autor, exemplo de bem sucedida colonização de uma civilização por outra.

Na visão do autor, a pobreza no Espírito Santo colonial também estaria relacionada a não penetração e não colonização do interior, configurando um território cuja população de origem européia estaria confinada a uma faixa de terra de algumas léguas do litoral, que evitaria a “zona proibida”, ou seja, toda a faixa de terra de selvas e montanhas, repleta de “perigosos” indígenas, cujos ataques aos brancos nas pouquíssimas vilas da capitania eram frequentes.

O ciclo de mineração no interior (depois Minas Gerais) teria também ajudado a barrar a penetração para dentro do Estado do Espírito Santo, na medida em que a própria Coroa queria evitar a todo custo que se construíssem estradas ligando o litoral capixaba às minas do sertão mineiro, o que atrairia ataques de nações inimigas ao litoral do estado. Um ataque de índios Puris em 1771, às minas na região do Castelo, obrigando quantos que ali trabalhavam a abandonar a região, serve, segundo o autor, para ilustrar a fragilidade da área e o





desinteresse da Coroa em colonizar e controlar o interior capixaba.

A obra apresenta informações detalhadas e importantes para a nossa pesquisa, indicando inclusive outras obras para o aprofundamento do estudo em certos temas, como no caso da Fazenda Muribeca, estudada também por LAMEGO (s/d) em As Três Grandes Fazendas dos Jesuítas¹⁷. Esta fazenda, a mais importante dos jesuítas, localizada no Vale do Itabapoana, teria chegado a ter quase duas mil cabeças de gado *vacum* e mais de duas centenas do cavalar. A fazenda teria se formado em meados do século XVII, porém teve seu fastígio mais tarde, já na centúria seguinte.

Outra característica da história da capitania do Espírito Santo seria o predomínio da escravização indígena nos primeiros cem anos de colonização e o atraso, em relação a outras partes da Colônia, na importação de força de trabalho escravizada africana, ocorrido somente a partir de 1621.

Nessa sociedade de aldeamentos e de jesuítas predominava a população indígena e, tal como ocorria em outras partes da Colônia, também uma língua derivada do Tupi. A necessidade de uma lei de vinte e três de maio de 1795, da Câmara de Vitória, determinando o uso da língua portuguesa, e estabelecendo pena de prisão para os infratores, mostra a importância dessa língua nos primeiros séculos na Capitania (Oliveira, 2008, 229).

Segundo o autor, no final do século XVIII, a população predominante na capitania era de escravos, africanos e seus descendentes, concentrada nas vilas de Vitória e Vila Velha, mas não em Benevente e Nova Almeida, que vinham de aldeias jesuíticas, de catequese, onde predominava uma população de indígenas “domesticados” (Oliveira, 2008).

Por fim, interessou-nos na obra a referência aos aldeamentos jesuítas situados no litoral sul da capitania, tais como o de Reritiba, atual cidade de Anchieta, e Guarapari.

Em busca de referências históricas para o Sul do estado, e mais especificamente para os municípios de Mimoso do Sul e Muqui, chamou-nos a atenção, na leitura do livro, que em 1731, tenha feito viagem por terra do Rio de Janeiro, passando por Campos de Goitacá, até Vitória, um ouvidor de nome Manuel da Costa Mimoso. A coincidência do nome pode ser uma pista através da qual podemos obter alguma informação do período colonial sobre o território

¹⁷Citada na página 157 de Oliveira (2008).





que atualmente denomina-se Mimoso do Sul.



Fig 3. Mapa Antigo Município de São Pedro do Itabapoana (hoje Mimoso do Sul), com a localidade de Mimoso. Fonte: Acervo Arquivo Público Estadual, 1912.

A partir da leitura de Oliveira (2008), ficaram algumas questões a serem pesquisadas em outros textos:

- será que a historiografia atual mantém essas teses, e até que ponto ?
- Para onde terão ido tantos indígenas que teriam conseguido viver protegidos da penetração portuguesa, nesse imenso território do interior capixaba ?
- Como os imigrantes (italianos, alemães, pomeranos, sírios, etc.) teriam conseguido povoar esse interior repleto de indígenas agressivos ?
- O que ocorreu no Sul do estado, já que a maior parte dos acontecimentos relevantes relatados pelo autor, quando não se referem à capital, referem-se à região Norte e à bacia do





Rio Doce ?

- Como afetou a sociedade e cultura locais a existência desses aldeamentos indígenas missionários, e a própria permanência dos indígenas em todo o estado até – pelo menos – a primeira metade do século XIX ?

- Por outro lado, há uma ausência no texto da importância dos negros na formação da sociedade na capitania do ES no período colonial.

O livro *Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce*, de Auguste Saint-Hilaire também chama a atenção para a grande quantidade relativa de indígenas na capitania. Ao mencionar as reduções jesuítas nos seiscentos refere-se às de Reis Magos, São João, e, no litoral Sul, Guarapari e Reritiba (depois Benevente, atual município de Anchieta). Segundo ele, na época dos jesuítas, havia em torno de 12.000 indígenas nessa redução, sendo que esse número havia baixado para apenas 2.500 em 1820. O livro fornece informações importantes para a história da região Sul, afirmando que, dentre os 60 engenhos (e sessenta e seis destilarias) que existiam no ES em 1820, nove deles situavam-se nas margens do Rio Itapemirim. Há um capítulo cujo título é Vila de Itapemirim.



Usina de açúcar de Paineiras, em construção. 1912.





Fig. 4: Foto Usina Paineiras (1912), próximo as margens do rio Itapemirim. Fonte: Formação econômica do Espírito Santo: do isolamento econômico à inserção aos mercados nacional e internacional, de Fernando Cezar Macedo e Diogo Franco Magalhães

Pesquisadores contemporâneos de história indígena e colonial, como VENÂNCIO (2007¹⁸), confirmam a grande quantidade de indígenas no Espírito Santo quinhentista em relação a outras partes da Colônia.

Região	Ano de 1500 (1)	Ano de 1500 (2)
Minas Gerais	91.000	159.250
Rio de Janeiro/Paraíba do Sul	97.000	169.750
São Paulo	146.000	255.500
Bahia	149.000	260.750
Espírito Santo/Ilhéus	160.000	280.000

(1) HEMMING, John. *Red Gold: the conquest of the brazilian indians*. (2) KENNEDY, David P. e PERZ, Stephen G. *Who Are Brazil's Indígenas? Contributions of Census Data Analysis to Anthropological Demography of Indigenous Populations*. DENEVAN, William M. *The aboriginal population of Amazonia*. A partir de informações das duas últimas obras extrapolamos o índice de 1,75, para recalculamos os dados de população indígena apresentados por John Hemming.

Fig. 5: Estimativas de população indígena na América Portuguesa. Elaborado por VENÂNCIO (2007)

Segundo ele, o contingente indígena de Espírito Santo e Ilhéus no século XVI era o maior em todo o Sudeste e Bahia (tabela acima). No mesmo texto o autor apresenta um mapa mostrando um cinturão de ocupação indígena que confirma parte da tese de OLIVEIRA (2008) sobre a existência de uma verdadeira barreira de grupos indígenas na região interiorana do Espírito Santo fazendo divisa com o atual estado de Minas, desde o Rio de Janeiro até o Sul da Bahia. Segundo VENÂNCIO (2007), esta localização devia-se, em parte, às pressões do litoral canavieiro.

¹⁸VENÂNCIO (2007) 'Antes de Minas: fronteiras coloniais e populações indígenas. (in) RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luis Carlos. *História de Minas Gerais – As Minas setecentistas*, vol I. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007.

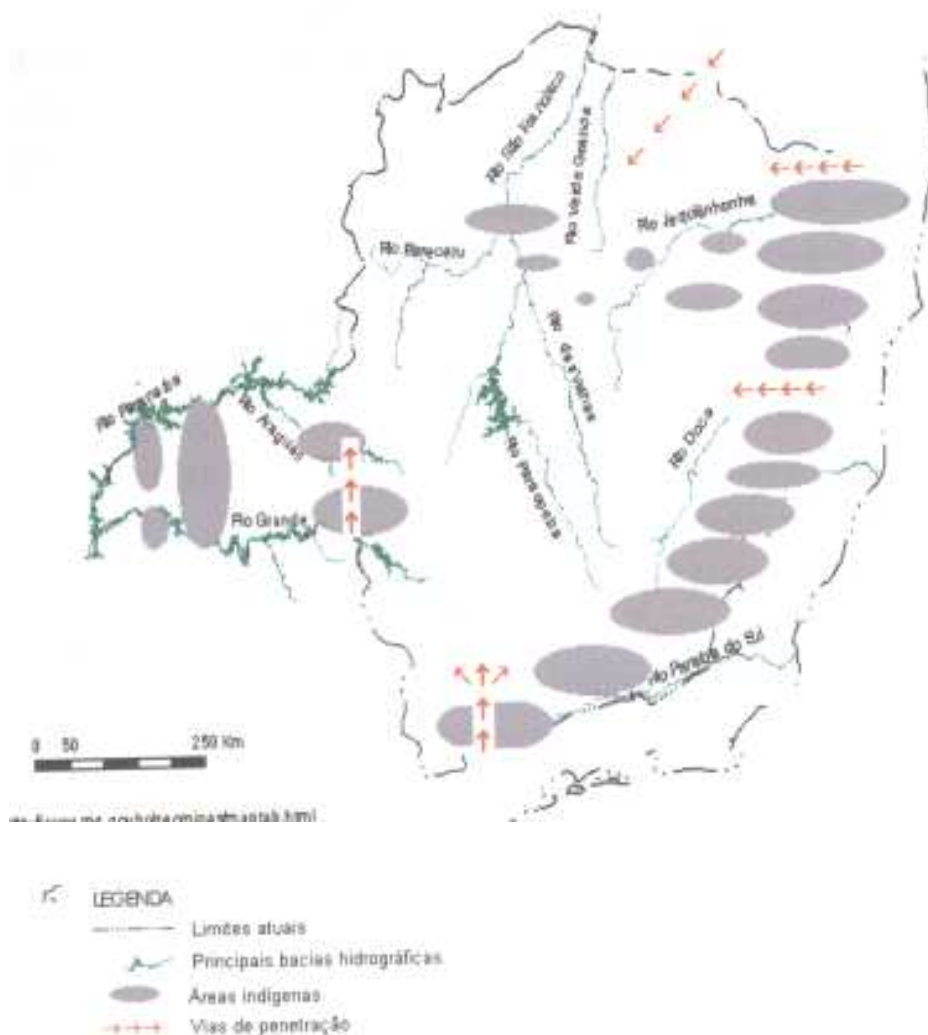


Fig. 6: Provável distribuição dos grupos indígenas e vias de penetração de bandeirantes e sertanistas, Minas Gerais e Espírito Santo, século XVII. Fonte: ANDRADE, 1998. vol 1; NIMUENDAJU, 1987 *apud* RESENDE, M.E.L, 2007. Elaboração: VENÂNCIO (2007)

O texto de VENANCIO (2007) interessa-nos também por abordar o papel das grandes fazendas de gado no período colonial. Mostra que houve duas formas principais de penetração no sertão. A primeira foram as entradas aprisionadoras de indígenas, e a segunda foi o estabelecimento dos grandes latifúndios de gado, que, necessitados de muita terra, entravam em conflito com os grupos indígenas, também pelo fato de que o gado era uma forma fácil e





abundante de alimentação para os gentios.

Fala também da região de Campos de Goytacazes, no Norte Fluminense, como um reduto indígena, mas também uma “fértil zona pastoril” (VENANCIO, 2007, 94).

No final do artigo, o autor faz menção ao tema das trocas culturais entre indígenas e colonizadores que ilustra uma outra forma de relação entre eles, diferente da escravização ou do aldeamento jesuíta. Depois de falar dos conflitos entre as grandes propriedades de gado e os indígenas nas Minas Setecentistas, o autor termina falando da existência de uma outra forma de ocupação do território que implicava num contato social e cultural maior entre o mundo indígena e o colonizador:

Nas fímbrias desses dois mundos, contatos podiam ocorrer. Ao longo do século XVIII, nas proximidades dos arraiais e vilas de mineração, ou das fazendas de gado, surgiu uma rede de pequenos lavradores, denominados roceiros, voltados para a economia de subsistência e comercialização do excedente agrícola, como milho e feijão, ou da pequena pecuária, como suínos e aves. Por ocupar áreas reduzidas, tal povoamento nem sempre era considerado, pelo mundo índio, como uma ameaça. Ora, foi justamente aí que de vem ter ocorrido, de maneira mais freqüente, a mestiçagem e a circulação de tradições culturais, referentes aos alimentos das matas, às trilhas ancestrais ou aos remédios da botica da natureza, facultando novas energias ao processo de expansão colonial” (VENANCIO, 2007, p.100).

Apesar de estar falando de um caipira mineiro, nada impede, como hipótese de pesquisa, que esta forma de ocupação tenha acontecido também no interior capixaba. No livro Páginas de Nossa Terra (MEDINA, s/d), registro da fala do Capitão Mor João Dias, morador à margem do Rio Itapemirim, próximo ao rio Itabapoana, ilustra essa interação entre o colonizador e o indígena:





Que nós possuímos ricas minas de ouro, afora as do Castelo, é para mim cousa ceta, Há aqui um índio mando de nome João, que, entrando muitas vezes pelo Rio Muqui do Sul, afluente do Rio Itabapoana, depois de 6 dias de viagem, volta sempre carregado de peles de animais que mata, tras palhetas de ouro, que diz, de um poço de uma cachoeira, que no sertão, Camapuana, se precipita em panos que imitam a ora de camias lavadas, que tais productos eram vendidos no mercado de Campos de Goitacazes” (apud MEDINA, s/d)

Ainda sobre as diversas formas pelas quais se deu a relação entre o indígena e o colonizador, NOVAES (1965) esclarece, falando sobre os vários aldeamentos situados no sul do estado, que existiam os aldeamentos dirigidos pelos Jesuítas, onde os indígenas estavam sob as autoridades deles, mas também existiam as aldeias de índios livres, nas quais os jesuítas pregavam e procuravam converter moradores. MEDINA (s/d) cita alguns aldeamentos localizados na região da antiga São Pedro do Itabapoana, hoje Mimoso do Sul¹⁹.

Em relação ao fraco desempenho da economia açucareira nos primeiros dois séculos, defendido por OLIVEIRA (2008), cumpre registrar que pesquisa bem mais recente (SALVADOR, 1994²⁰) problematiza esta tese da posição econômico-mercantil muito modesta da capitania. Na verdade, segundo o autor, a produção açucareira teria passado por altos e baixos, fruto de uma série de acontecimentos principalmente políticos, revelando uma situação mais complexa, apresentando, em alguns momentos, produção somente superada por Pernambuco e pela Bahia. Deste modo, o autor situa a importância da economia do açúcar para o Espírito Santo, como o eixo econômico em torno do qual giravam as outras atividades e a organização política, e em torno da qual alimentou-se a relação com Portugal e o Velho Mundo, evitando também o isolamento em relação às demais capitanias.

¹⁹Índios Linguas, posteriormente ao ano de 1791, formaram suas aldeias no sul do ES, como delegados dos índios Goitacazes, que predominavam nas zonas de Macaé, Campos, São João da Barra e Barra do Itabapoana. Aldeia de Moschi: todo o percurso do Rio Muqui do Sul, desde a sua nascente, na cordilheira dos Pontões, até o porto da Prata. Aldeia do Puri: todo o percurso do Ribeirão Barra Alegre, desde a sua nascente, na fazenda da Januária, próximo a pedra do Pontão, até a embocadura do córrego Puri, onde se vê uma loca, antigo esconderijo dos índios desse nome, que vieram da região de Minas Gerais, por serem mais acessíveis as montanhas, depois passou a ser fazenda Puri, de propriedade do Sr Cel. Francisco Pinto de Campos Figueiredo (MEDINA, s/d)

²⁰SALVADOR, José Gonçalves. A Capitania do Espírito Santo e Seus Engenhos de Açúcar (1535 - 1700) (a presença dos cristãos-novos). Vitória: Secretaria de Produção e Difusão Cultural - Ufes / Departamento Estadual de Cultura, 1994.



Como já dissemos acima, uma das chaves de nossa pesquisa bibliográfica foram bens culturais que encontramos nas nossas duas viagens a campo nos municípios de Muqui e Mimoso do Sul. Entre eles destacou-se o Boi Pintadinho.

Formas de expressão relacionadas com o nome de “boi” são muitas em várias partes do território brasileiro. Com certeza estão relacionadas ao fato, mencionado acima, de que a criação de gado foi uma das formas mais importantes de penetração e colonização da América Portuguesa. Ficamos atentos, em nossa pesquisa na historiografia do Espírito Santo, para qualquer menção à criação de gado, principalmente bovino, no período colonial, particularmente no Sul do estado. Vimos assim, que a fazenda jesuíta Muribeca era especializada nessa atividade econômica.

O livro Negros no Espírito Santo (OSÓRIO, Carla; BRAVIN, Adriana; SANTANNA, Leonor, 1999), no seu texto e fotos, aponta relações entre o presente cultural na região de Muqui e Mimoso do Sul, a história, a presença afrodescendente e a Região Sul do estado, indicando a importância de um município vizinho para o entendimento histórico e cultural da região como um todo: Cachoeiro de Itapemirim.





Fig. 8: Mapa do antigo território do Município de Cachoeiro de Itapemirim, divisa com São Pedro do Itabapoana, 1912. Fonte: Acervo Arquivo Público Estadual

Num de seus capítulos, fala sobre a forte presença de escravos nesse município, e da sua influência cultural nas regiões de Cacimbinha e Boa Esperança. O texto fala sobre a importância da cana de açúcar desde o século XVI, mas também do gado nessa mesma época, citando a fazenda Muribeca. Mostra fotos de grupos de Boi Pintadinho em Cachoeiro de Itapemirim, relacionando o costume com a economia da pecuária. Fala também da influência cultural do Norte Fluminense, de onde teriam emigrado muitos negros no Pós-Abolição, o que combinou com a informação do mestre de folia Dulcínio Gasparelo, de que sua família teria migrado do Norte fluminense²¹.

KILL (1974), em Geografia e História do Espírito Santo, mostra através de um mapa (vide abaixo) sobre o povoamento do estado, a existência de duas correntes migratórias, no século XVIII e no XIX, do norte fluminense para o sul do estado. Texto histórico sobre o norte fluminense (CARVALHO, A.; TOTTI, M. E., 2006²²) fala da importância da cana-de-açúcar e,

²¹A avó dele era negra.

²²CARVALHO, Ailton Mota de; TOTTI, Maria Eugénia (orgs). Formação histórica e econômica do Norte Fluminense. Rio: Garamond, 2006.



principalmente, da pecuária numa região que abrange, além do norte fluminense, o sul do Espírito Santo e parte de Minas Gerais. Segundo ele, a pecuária deve ser entendida “como a primeira atividade econômica efetiva ligada ao povoamento e constituição do território do Norte Fluminense” (CARVALHO, A.; TOTTI, M. E., 2006, 40).

Dissertação de mestrado “Ações motrizes e representações sociais no jogo do laço no vale do Itabapoana” (PIMENTEL, 1999²³) estuda manifestação cultural contemporânea nessa região. Fala da existência tradicional de uma cultura do gado recortando o Vale do Itabapoana, abrangendo municípios como Apiacá-ES, Bom Jesus do Norte-ES e Bom Jesus do Itabapoana-RJ. A dissertação, feita a partir da perspectiva de um programa de pesquisas de Educação Física, menciona alguns aspectos simbólicos do jogo, como a oposição jogador/bovino, sugerindo, assim, a existência de um imaginário social relacionado ao boi na região, a ser ainda pesquisado.

MEDINA (s/d) escreveu a história do antigo município de São Pedro do Itabapoana ²⁴. Nela, relata apresentação de Boi Pintadinho no Norte Fluminense (Estação Santo Eduardo) num festejo da inauguração da Igreja Matriz em 1879²⁵.

²³Pimentel, Giuliano Gomes de Assis. Ações motrizes e representações sociais no jogo do laço no vale do Itabapoana . Campinas, SP : [s. n.], 1999.

²⁴MEDINA, Grinalson Francisco. Páginas de Nossa Terra - História do Antigo município de São Pedro do Itabapoana. 1534 – 1931.

²⁵Em referência à inauguração da Igreja Matriz em 1879, houve prolongamentos dos seus festejos, particularizando o aparecimento do tradicional "BOI PINTADINHO", que sempre constou no programa das distrações e até como comentador dos acontecimentos locais. A sua organização era composta de Alexandre do Rumo, chefe da turma, - Luiz Pasabem e Leovigildo Pedreiro, cantores do desafio, Marciano Cipó e Pio de Santa Fé, os engraçados da festa, - José Bonitinho, o cavaleiro angariando esmolas e também versejador - o Zé Povo, formando o coro.



Fig. 7: O Boi Pintadinho que fazia o centro de diversões nas festas da localidade, focalizando os pioneiros do bem público. Fonte: MEDINA, Grinaldo Francisco. História do Antigo Município de São Pedro do Itabapoana-Estado do Espírito Santo. "Páginas de Nossa Terra". 1534-1931

No geral, o livro mostra a antiguidade da ocupação nessa região, que remonta ao início do século XVI, povoada por indígenas aldeados até a chegada dos primeiros posseiros no século XIX. Conta a história da ocupação do antigo município de São Pedro do Itabapoana, território que hoje corresponde ao município de Mimoso do Sul. O livro fornece informações detalhadas sobre a fundação de povoados e aldeamentos importantes nas margens do Itabapoana, cujas ruínas tem sido objeto de pesquisa arqueológica (envolvendo polemicas) pelo Museu Nacional e por historiadores da UFES²⁶. A primeira povoação teve o nome de Vila Rainha e a primeira ermida o de Santa Catarina de Mós. A segunda levantou-se a dez léguas

²⁶<file:///C:/Documents%20and%20Settings/All%20Users/Documents/Documents/MUQUI%20E%20MIMOSO%20DO%20SULES/PESQUISA/Banco%20de%20Dados%20e%20Biblio/Pesquisa%20Hist%C3%B3rica/Vale%20do%20Itabapoana/Gerson%20Fran%C3%A7a%20Equ%C3%ADvoco%20da%20Vila%20da%20Rainha%20chega%20ao%20Esp%C3%ADrito%20Santo.htm>



acima do mar, em demanda do Rio Itabapoana, com a denominação de Vila de Limeira ou Aldeia de Camapuana, junto à Cachoeira do Inferno, m 14 de agosto de 1539. Segundo relatou-nos historiador/funcionário da Prefeitura de Mimoso do Sul, Renato, a Vila de São Pedro do Itabapoana foi fundada pelos moradores da aldeia jesuíta de Camapuana, com o objetivo de distanciar-se das margens do rio e assim fugir da peste da malária que assolou o povoado no século XVIII²⁷.

O livro de MEDINA (s/d) conta em detalhes acontecimentos importantes anteriores ao século XIX, mostrando, além da sede do município (São Pedro de Alcântara do Itabapoana), a antiguidade dos hoje distritos de Conceição de Muqui (Nossa Senhora da Conceição de Muqui) e Dona América (onde se localiza o povoado de Limeira do Itabapoana). O primeiro destes distritos foi visitado pela nossa equipe²⁸ quando da viagem a campo em janeiro deste ano. O texto revela também a importância que o município alcançou na segunda metade do século XIX, e sua ligação com a capital federal, principalmente após a construção da estrada carroçável até a Estação Ferroviária de Santo Eduardo, no Norte Fluminense (esta, inaugurada em 3 de junho de 1879).

²⁷Aqui é preciso pesquisar mais, talvez no próprio livro de Medina, pois várias fontes informam da fundação de São Pedro do Itabapoana na primeira metade do século XIX.

²⁸Em próxima viagem iremos visitar D. América, nas margens do Itabapoana.



Fig. 9: Imagem do Vale do Rio Itabapoana, Rio Muqui Do Norte, Rio Muqui do Sul e Rio Itapemirim, 1926. Observe, embaixo no mapa, o povoado de Limeira, antiga Aldeia de Camapuana. Fonte: Arquivo Público Estadual

A referência à existência de sociedades musicais como a Lira Muquiense, fundada em Conceição de Muqui em 1878, e de uma Junta Pro Lavoura e Comércio, da Sociedade Bibliotecária e do Teatro São Pedro de Alcântara, na sede do município, mostra-nos a importância da vida econômica e cultural que se desenvolveu ali no final do século XIX. Por fim, podemos destacar a inauguração em 11 de julho de 1888, do Porto da Prata, navegação fluvial no rio Muqui do Sul, em ligação ao Porto de Limeira do Itabapoana, banhado pelo Rio Itabapoana, e Barra do Itabapoana, banhado pelo mar. Junto com a carroçável acima referida, este porto mostra que até então predominavam ainda as relações com Rio de Janeiro,





e não com a capital da Província.

Em relação a essa região, atual município de Mimoso do Sul, podemos provisoriamente dividi-la em dois grandes períodos históricos: um primeiro, abrangendo desde o início da colonização até o final do século XVIII, onde predominou a população indígena aldeada, e as atividades econômicas do gado e do açúcar; e um segundo período, (cujo marco seria a chegada do primeiro posseiro, em 1837, Sr. Francisco José Lopes da Rocha, com sua família²⁹), mas que só irá se desenvolver plenamente após a Lei de Terras de 1850 e o desenvolvimento dos latifúndios de café, na segunda metade dos oitocentos. Será necessário melhorar essa periodização histórica, inclusive inserir o dado do censo realizado na Freguesia de São Pedro do Itabapoana em 1865, que aponta a existência de 2.225 escravos brasileiros e 239 escravos estrangeiros, numa população total de 5.691 pessoas, especificando em que áreas da freguesia eles estavam concentrados, e a partir de que data houve esse afluxo de população negra escravizada para a região.

²⁹“Em 1º de setembro de 1837, aportou, nesta zona, o primeiro posseiro, Sr. Francisco José Lopes da Rocha, com sua família posseando desde a Fazenda da Barras, altos de S. Bento, altos de Conceição de Muqui, assentando a sua residência no lugar denominado Santa Cruz, ribeirão afluente do Rio Muqui do Sul, desenvolvendo a sua atividade na lavoura, abrindo as matas, fazendo plantações, tendo a sua morada edificada com outro capricho, causando aos índios certa contrariedade pelo seu modo de viver, uma comissão de seis membros entre eles os índios Venâncio, João e Natividade, como líderes, intimaram o detentor daquelas terras a se retirar, visto que aquilo não lhe pertencia a ele, e estava alternado os costumes locais” (MEDINA, s/d).





identificação do território a ser inventariado neste trabalho: a presença do negro, primeiro como escravizado e liberto, e depois como marginalizado social. Teoricamente o critério faz sentido pois o elemento étnico está relacionado a produção cultural³¹. Por outro lado, a grande concentração de negros na região no século XIX está também relacionada às grandes fazendas cafeicultoras, outro critério para delimitar nosso território.

A autora mostra estatisticamente a concentração de população negra na região Sul e no município de Cachoeiro de Itapemirim, utilizando-se dos censos de 1872, 1890 e, depois o censo de 1940 e seguintes. Em 1872, 40% do total da população na região Sul era escrava, sendo que em Cachoeiro de Itapemirim, era 50%. Nesse mesmo censo, 46% dos livres eram pretos e pardos, contra 45% brancos. Entre 1872 e 1890 (abolida a escravidão), a população de pretos no Sul teve um aumento de 44%, de 6.263 para 9.033 habitantes, enquanto nas demais regiões caiu 22%. Entre 1890 e 1940, a concentração de pretos na região Sul subiu ainda um pouco mais, passando de 41% para 44% do total do estado.

A região de Cachoeiro de Itapemirim sofre no século XIX um importante fluxo migratório de pardos (nomenclatura dos censos) de outros estados, que explica em parte o aumento de 75% deste segmento da população no período nessa região. Também o fluxo de imigrantes brancos é imenso.

A autora conclui o texto situando as peculiaridades étnico-raciais da sociedade capixaba em relação a outros estados brasileiros, particularmente da região Sudeste, assim como também, o que nos interessa ainda mais, as peculiaridades da composição étnico-raciais da região em relação ao resto do estado. Depois de comparar, com esse critério, a região Sudeste com as outras regiões do país, faz uma interessante distinção interna entre os estados do Sudeste. Defende ela que, entre aqueles estados da região Sudeste que tem uma predominância de população não-branca– RJ, MG e ES – o Espírito Santo é o que sofreu o maior impacto demográfico da população migrante europeia. Os dados para a região Sul do estado tem, por sua vez, uma especificidade própria: em 1980, a concentração da população de pretos (que já havia sido muito maior) era 23% da população total de pretos do estado, e a de pardos só alcançava 9% do total de pardos do estado.

A dissertação 'A interiorização da capital pela Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo'

³¹ Aspectos teórico-metodológicos desse inventário serão retomados no relatório final desta Etapa 1.





(QUINTÃO, 2008³²) aborda outros elementos chave para se entender a história da região de Muqui, Mimoso do Sul e Cachoeiro de Itapemirim: as ferrovias e as estradas carroçáveis. O estudo de QUINTÃO, ao abordar as disputas políticas e econômicas que contrapõem os interesses regionais aos da capital em torno da construção do ramal ferroviário que ligaria Cachoeiro à Vitória, ajuda-nos a vislumbrar a existência de uma sociedade regional.

O mapa abaixo mostra a posição central de Cachoeiro de Itapemirim no mapa ferroviário do estado em 1912.

³²QUINTÃO, Leandro do Carmo. A interiorização da capital pela Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em História Social das Relações Políticas/ Centro de Ciências Humanas e Naturais da UFES, Vitória, 2008.



Segundo o autor, os seguintes pontos são fundamentais para se entender a dinâmica local daquela região: a falta de caminhos diretos entre Vitória e a região mais promissora, que era o sul; a relação do sul do ES com o Rio de Janeiro; e a autonomia que existia entre a região do café em relação à Vitória, porque usavam o porto de Itapemirim para escoar os produtos cafeeiros.

A Estrada de Itapemirim a Minas Gerais foi idealizada com o intuito de comunicação e comércio. Criada no fim da década de 1830, pelo Capitão-mor Manoel José Vianna, ainda como uma simples forma de picada, ela partia de Itapemirim, vila localizada na foz do rio de mesmo nome, ao sul da província do Espírito Santo, passando pela então vila de São Pedro do Cachoeiro de Itapemirim e pelo Arraial de Alegre, chegando até Ouro Preto, então capital de Minas Gerais, percorrendo um total de 72 léguas (432 km). Tornando-se estrada, passou a escoar a produção cafeeira do interior da província, principalmente Alegre e Veado (Guaçuí). Essa estrada é importante porque estava situada em uma zona extremamente fértil, de crescente produção cafeeira, entre os rios Itapemirim e Itabapoana, ademais de possuir um contingente populacional maior em relação às outras regiões da província.

Se, por um lado, o contato com a capital Vitória praticamente não existia naquela época, por outro, uma rede dinâmica de estradas locais ligavam, por exemplo, as estradas do Cachoeiro do Itabapoana, de Cachoeiro de Itapemirim à Castelo, de Cachoeiro à foz do Rio Pardo, de Fruteiras (Castelo) ao Itabapoana e de Alegre à Veado (Guaçuí), todas cortando as regiões produtoras de café entre os rios Itabapoana e Itapemirim.

Importa destacar a dinâmica de comércio entre o vale dos cafés e o porto de Itapemirim, assim como a autonomia desta região em relação ao comércio com o RJ. Neste caso, o comércio local era forte a tal ponto que a construção da estrada de ferro foi como uma imposição de Vitória, em um processo de "interiorização" para concentrar em seu porto o escoamento dos produtos do sul (principalmente o café). Inclusive, defendia-se a tese, por parte dos atores locais do sul, de construir uma rota ligando a região dos vales do café ao porto de Itapemirim, e não ao Porto de Vitória, dualizando a política estadual. Essa discussão dá uma noção de territorialidade para entendermos as relações existentes naquela região por conta do café. Um grande território, com seus muitos distritos, que se dialogavam constantemente.



d . e . m . a . c . a . m . p
planejamento, projeto e consultoria s/c ltda



ALMADA (1984³³) traz muitas informações sobre o processo de transição econômica da cana-de-açúcar para a economia cafeeira nos meados do sec. XIX. Segundo ela, a grande concentração de terras virgens e devolutas no início do século XIX tornava o estado uma fronteira agrícola para a expansão do café desde o Vale do Paraíba. Por outro lado, a avaliação deste “vazio” de povoamento em pleno século XIX também suscitou as políticas de imigração de trabalhadores europeus. Em 1857 o Presidente Pereira de Barros escrevia: “a colonização torna-se cada vez mais necessária nesta Província que (...) tem apenas uma população de 49.092 almas (...) e é além disso talvez a Província do Império que oferece maior quantidade de terras devolutas [...]” (apud ALMADA, 1984, p. 76).

Em termos gerais, no caso do café, diferentemente do que ocorria com a cana-de-açúcar, os preços altos no mercado e uma menos custosa preparação atraíam não somente grandes mas também pequenos agricultores. Entretanto, a região de Cachoeiro do Itapemirim, segundo a autora, foi, em relação a outras regiões do estado, onde mais se desenvolveu uma economia tipo *plantation* escravista: “a exemplo das demais regiões cafeeiras do Império, organizava-se sob a forma de grande propriedade monocultura, voltada para o mercado externo do qual dependia.” (ALMADA, 1984. p. 88).

O crescimento acelerado da economia cafeeira no alto Itapemirim determina “profundos contrastes” com relação a economia situada na parte baixa do rio, constituindo um pólo específico de desenvolvimento econômico com suas consequências sociais e políticas: “assim é que o alto Itapemirim, já em 1867 autossuficiente, devido ao cultivo do café que ali se expande, desmembra-se do município de Itapemirim, tendo como sede o Município de Cachoeiro, que abrange praticamente todo o sul do Espírito Santo através de 6 Freguesias a ele submetidas.” (ALMADA, 1984. p. 91).

A tabela abaixo mostra a evolução populacional em Cachoeiro de Itapemirim na segunda metade do século XIX.

³³ALMADA, Vilma Paraíso Ferreira de. *Escravidão e Transição - O Espírito Santo (1850 - 1888)*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.



Tabela 1 – Distribuição da população da província do Espírito Santo, segundo localidade – 1856 e 1872

Localidade	1856	Em %	1872	Em %
Região Central	26.333	53,6	35.379	43,1
Vitória	5.002	10,2	4.361	5,3
Espírito Santo	1.311	2,7	1.755	2,1
Viana	3.502	7,1	6.547	8,0
Cariacica	4.122	8,4	5.318	6,5
Mangarahi/Santa Leopoldina	1.704	3,5	1.936	2,4
Carapina	1.330	2,7	1.157	1,4
Serra	2.524	5,1	4.294	5,2
Queimado	1.488	3,0	3.325	4,1
Nova Almeida	2.513	5,1	2.196	2,7
Santa Cruz	2.837	5,8	4.490	5,5
Região de São Mateus	6.817	13,9	10.033	12,2
Linhares	964	2,0	1.863	2,3
São Mateus	3.602	7,3	4.657	5,7
Barra de S Mateus	2.251	4,6	3.513	4,3
Região do Itapemirim	15.942	32,5	36.665	44,7
Benevente	3.030	6,2	5.300	6,5
Guarapari	3.342	6,8	3.188	3,9
Itapemirim	5.520	11,2	9.681	11,8
Itabapuana	1.311	2,7	5.391	6,6
Cachoeiro do Itapemirim	2.739	5,6	13.105	16,0
Total da Província	49.092	100,0	82.077	100,0

Fonte: Ano de 1856, Relatório da Província do ES; ano de 1872, Recenseamento Geral do Brasil. Disponível em:

<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/visualiza_colecao_digital.php?titulo=Recenseamento%20Geral%20do%20Brasil%201872%20-%20Imp%C3%A9rio%20do%20Brasil&link=Imperio%20do%20Brasil#>.

Fig. 12: Tabela com distribuição da população da província do Espírito Santo, segundo localidade – 1856 e 1872. Fonte: ALMADA, 1984)

Quanto aos imigrantes (italianos, mas também sírio-libaneses), informações fornecidas pela autora dão conta que pelo menos até 1870 predominavam, na região, os migrantes internos fluminenses e mineiros, que, desde 1840 para aí afluíam à procura de terras.

Destacamos entre essas unidades produtivas analisadas no município de Cachoeiro a Fazenda Monte Líbano, propriedade do capitão Francisco de Souza Monteiro [– natural de Minas Gerais –, inventariada em 1887, já que ilustra de maneira típica os resultados alcançados pelos lavradores das Províncias vizinhas que buscando no Espírito Santo terras propícias à expansão de seus cafezais, conseguiram amealhar fortuna e poder. (ALMADA, 1984, p. 96)³⁴.

³⁴“A fortuna amealhada por Francisco de Souza Monteiro possibilitou-lhe educar seus filhos nos melhores estabelecimento de ensino da época [...] Bernardino, Jerônimo e Fernando, fazendo jus a



Quanto ao processo de desagregação das grandes propriedades no sul capixaba, causado pela Abolição, MAGALHÃES (2011³⁵) mostra como as elites cafeicultoras mantiveram-se em posição econômica vantajosa. Consolidaram-se empresas interessadas não apenas na venda dos lotes, mas, sobretudo, na comercialização do café. Muitos fazendeiros tornaram-se comerciantes imobiliários, sendo que a operação de venda dos terrenos rurais estava diretamente ligada à comercialização da rubiácea na medida em que os colonos, ao adquirirem a propriedade, obrigavam-se a vender o produto à firma (ou ao comerciante) que transacionou o imóvel.

As constantes transições na estrutura fundiária, as novas configurações das elites agrárias, a escassez de mão-de-obra escrava devido ao seu encarecimento – porque os negros não queriam se submeter às condições de assalariamento que se assemelhavam aos tempos do cativeiro – depois da Abolição, constituiu uma conjuntura favorável à chegada de novos imigrantes europeus e a novas concepções de relação de trabalho no campo, por exemplo, a “meia” – no caso dos que não conseguiam comprar logo uma área –, a perspectiva de consolidação de pequenas propriedades familiares, o campesinato.

riqueza, `posição social e [...] ao prestígio político adquirido pelos Souza Monteiro, tornar-se-iam importantes homens públicos [...] Jerônimo de Souza Monteiro governaria o Estado do Espírito Santo de 1908 a 1912; Bernardino de Souza Monteiro faria o mesmo no período de 1916 a 1920, enquanto caberia a Fernando de Souza Monteiro exercer o cargo de 2º Bispo da diocese do Espírito Santo de 1902 a 1906.[...]”. (ALMADA, 1984, p. 98-99).

³⁵MAGALHÃES, Diogo Franco Magalhães. ‘Formação econômica do Espírito Santo: do isolamento econômico à inserção aos mercados nacional e internacional’. Revista de História Regional 16(1): 61-99, Verão, 2011.





Em 18 setembro 1822, Dom Pedro I, assinou três decretos que foram os primeiros atos do Brasil Independente. Noticiário decreto criou o que regulamentava sobre a bandeira. "O Brasão de Armas do Brasil Reino serão, em um campo verde, uma esfera armilar sobreposta em uma cruz da Ordem de Cristo a esfera do ouro circundada por 19 estrelas de prata em um círculo azul; e uma coroa real com os diamantes ajustados sobre o protetor, os lados de que embracado por duas plantas do café e do tabaco, como emblemas de seus [riquezas do reino], em suas cores apropriadas e serão amarrados no fundo com o fitão nacional."

Até 1 dezembro 1822 [quando Dom Pedro foi coroado imperador] a coroa na bandeira brasileira era a mesma com o fundo vermelho igual na mesma bandeira real velha, do Reino Unido de Portugal, de Brasil, e de Algarve com o fundo vermelho. A

Fig. 13: Presença do café na bandeira do Império. "A bandeira do Brasil Império revela que as elites políticas apostavam no café"(DEL PRIORI, M. 2006). Fonte da ilustração:

<http://www.monarquia.org.br/A/OBrasillImperial/Bandeirashistoricas.html>

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa primeira etapa de trabalho realizamos duas idas a campo e empreendemos uma pesquisa em fontes primárias e secundárias com livros, teses, relatórios técnicos, folders, revistas periódicas, jornais, produtos audiovisuais, com o objetivo de identificar e delimitar o território dentro do qual estamos fazendo o inventário de bens imateriais.

Nossa hipótese de partida, estabelecida pelo IPHAN, eram os municípios de Muqui e Mimoso do Sul – região do Café do Sul do Espírito Santo. Na nossa pesquisa bibliográfica pudemos entender que as sociedades que se constituíram nessa região, com seus respectivos patrimônios culturais, não somente não estão restritas ao período da economia cafeeira, quanto, por outro lado, a própria sociedade que se ergueu fundamentada na atividade cafeeira no século XIX teve uma abrangência mais ampla que inclui, pelo menos, o município de Cachoeiro de Itapemirim.



d . e . m . a . c . a . m . p
planejamento, projeto e consultoria s/c ltda



Em relação à presença de outros períodos históricos na região, estamos falando mais especificamente do município de Mimoso do Sul, com seus distritos onde se destaca o povoamento de São Pedro do Itabapoana, mas também outros, como o de D. América, sede de antigos aldeamentos jesuítas. Como vimos, se compararmos com Muqui, em Mimoso do Sul há documentos históricos e bens edificados que vislumbram a existência de uma história social e cultural que ainda não foi devidamente pesquisada. Fazer esse trabalho equivaleria a realizar uma pesquisa que demonstrasse os elos entre o Espírito Santo do litoral nos dois primeiros séculos da Colônia, com o século XIX e o XX, mostrando que a sociedade e cultura que teve seu apogeu no período do Café, tem também laços com um passado mais remoto do início da colonização.

Vimos que para fazermos referencia a uma região do Café, devemos incluir também um levantamento dos bens culturais no município de Cachoeiro de Itapemirim³⁶. Cachoeiro tem atualmente cinco grupos de Folias de Reis, uma Charola de São Sebastião e um grupo de Reisada, todos atuando na região urbana do município. Além de Três grupos de Caxambu alguns grupos de Capoeira, Bate-Flecha e outros (Secretaria de Estado da Cultura do Estado de Espírito Santo, 2009). Genildo Coelho, Presidente da Ass. de Folclore de Cachoeiro, informou-nos que os grupos de Folia atuam basicamente na região urbana da cidade, e não na área rural. Segundo ele, e em desacordo com informação bibliográfica deste relatório, também não tem mais nenhum grupo de Boi Pintadinho.

Sabemos que o município de Cachoeiro de Itapemirim apresenta algumas diferenças importantes em termos econômicos e sociais se compararmos com Muqui e Mimoso do Sul. Sua economia não está centrada na agropecuária como é o caso dos outros dois municípios, apresentando indicadores demográficos, econômicos e sociais distintos. Essa caracterização não foi ainda feita neste relatório, mas deverá ser um de nossas próximas tarefas. Por outro lado, na próxima ida a campo, poderemos expandir a pesquisa sobre os bens culturais ao município de Cachoeiro, de modo a traçar aproximações com as realidades de Muqui e Mimoso do Sul, ou não, verificando, por exemplo, o interesse local na preservação do patrimônio imaterial.

De nossa pesquisa, tanto em campo quanto bibliográfica, os municípios de Muqui e

³⁶Muqui fez parte de Cachoeiro até o ano de 1912, quando se desmembrou como município.





Mimoso do Sul de fato se destacam enquanto conformando um sítio histórico e cultural, se pensarmos no conjunto de seus patrimônios materiais e imateriais, assim como na disposição dos agentes culturais em promover a sua continuidade. Em Muqui, como é sabido, há um conjunto edificado urbano representativo da sociedade do século XIX e primeira metade do século XX. Em Mimoso, na sede, há um patrimônio menos expressivo, compensado, entretanto pelo sítio de São Pedro do Itabapoana. Em termos de bens imateriais, a riqueza e proximidade dos dois municípios é grande, e isso se explica pelo fato de ambos terem sido parte, no passado, de uma mesma região cultural, tal como tentamos defender nesse relatório. Uma região que procuramos caracterizar em dois momentos, onde um dos municípios realiza a ponte com o passado mais remoto dos primeiros anos da colonização.

Somente uma próxima ida a campo poderá testar nossas questões sobre Cachoeiro do Itapemirim, assim como novas discussões com a equipe do IPHAN sobre o significado de um sítio cultural. Por exemplo: com características urbanas e econômica tão distintas, ainda que abrigando manifestações culturais semelhantes, poderá Cachoeiro integrar um mesmo sítio cultural? Por outro lado, há municípios citados no corpo da discussão do relatório, como Atílio Vivacqua, que possuem algumas das características pelas quais estamos definindo esse sítio, como a presença de folias de reis, de um histórico ligado ao café e as ferrovias, que também deverão ser visitados de forma a decidir ou não pela sua inclusão no inventário.

Outro bem cultural que apareceu a partir de nossa pesquisa de campo e da pesquisa bibliográfica são as bandas marciais, que marcaram o período do desenvolvimento relacionado ao ciclo do café, mas que ainda hoje tem importância no cenário cultural nos municípios de Muqui e Mimoso do Sul.

Devemos destacar na categoria lugares e edificações a presença das casas grandes de fazenda ajudando a melhor definir o nosso território. Por outro lado, também a presença dos descendentes de colonos italianos (e de outros grupos não nacionais) e de suas manifestações ajuda a compor o cenário desse sítio. Por fim (*last but not least*), a importante presença negra e sua contribuição para esse panorama cultural também ajudando a delimitar nosso território³⁷. Possivelmente seja não um ou outro desses elementos isoladamente, ou preponderantemente,

³⁷Se olharmos a partir de um dos bens culturais mais importantes do presente, a folia, por ex, a partir do que diz a tese de Diogo Goltara, veremos a importância da cultura afro-brasileira no conjunto de crenças e símbolos que compõe essa manifestação.





mas o jogo que se formou de sua convivência, a melhor forma de identificar esse sítio, em termos de critério.





BIBLIOGRAFIA REFERENCIADA

ALMADA, Vilma Paraíso Ferreira de. *Escravidão e Transição - O Espírito Santo (1850 - 1888)*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

CANDIDO, A. *Os parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1977.

CARVALHO, Ailton Mota de; TOTTI, Maria Eugenia (orgs). *Formação histórica e econômica do Norte Fluminense*. Rio: Garamond, 2006.

DEL PRIORI, M. *Uma história da vida rural no Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

KILL, Miguel A. *Geografia e História do Espírito Santo*. Vitória, Livraria Ancora, 1974.

LAMEGO, Alberto. As três grandes fazendas dos jesuítas: Colégio, Muribeca e Santa Ana em Macaé, *in* Brasil Açucareiro, setembro de 1944, vol. XXV, n.º 3.

LOPES, Almerinda da Silva. O casario eclético de Muqui e a persistência da memória arquitetônica e cultural. (in) CAPAI, H. *Muqui, terra de reis*. Vitória: Usina de Imagem, 2012.

MAGALHÃES, Diogo Franco Magalhães. 'Formação econômica do Espírito Santo: do isolamento econômico à inserção aos mercados nacional e internacional'. *Revista de História Regional* 16(1): 61-99, Verão, 2011

MEDINA, Grinalson Francisco. *Páginas de Nossa Terra - História do Antigo município de São Pedro do Itabapoana. 1534 – 1931*. s/d.

MinC/IPHAN/GOVERNO FEDERAL. *Manual do INRC*. Brasília, 2000.

OLIVEIRA, José Teixeira de. *História do Estado do Espírito Santo*. Coleção Canaã. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2008. Disponível em http://www.ape.es.gov.br/pdf/Livro_Historia_ES.pdf

PIMENTEL, Giuliano Gomes de Assis. *Ações motrizes e representações sociais no jogo do laço no vale do Itabapoana*. Campinas, SP : [s. n.], 1999.

QUINTÃO, Leandro do Carmo. *A interiorização da capital pela Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em História Social das Relações Políticas/ Centro de Ciências Humanas e Naturais da UFES, Vitória, 2008.

SALETO, Nara. 'Sobre a composição étnica da população capixaba' (in) *Dimensões* Revista de História da UFES. Vol 11, jul/dez 2000.

SALVADOR, José Gonçalves. *A Capitania do Espírito Santo e Seus Engenhos de Açúcar (1535 - 1700) (a presença dos cristãos-novos)*. Vitória: Secretaria de Produção e Difusão Cultural - Ufes / Departamento Estadual de Cultura, 1994.

SECULT/Governo do Estado do Espírito Santo. *Sítio Histórico de Muqui – ES. Inventário de Conhecimento*. Vitória, 2010.



d . e . m . a . c . a . m . p
planejamento, projeto e consultoria s/c ltda



SECULT/Governo do Estado do Espírito Santo. Sebrae/ES – Atlas do Folclore Capixaba. Coord. Humberto Capai. Vitória, Usina de Imagem, 2009.

TRINDADE, Silvana Cançado. Pastorinhas. (In) SEBRAE. Resgate Cultural da Bacia do Rio Itabapoana. Ouro Preto, Fundação de Arte de Ouro Preto, 2005.

VENÂNCIO (2007) Antes de Minas: fronteiras coloniais e populações indígenas. (in) RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luis Carlos. História de Minas Gerais – As Minas setecentistas, vol I. Belo Horizonte: Autentica; Companhia do Tempo, 2007.

Sites Citados

<http://www.monarquia.org.br/A/OBrasillImperial/Bandeirashistoricas.html>

<file:///C:/Documents%20and%20Settings/All%20Users/Documents/Documents/MUQUI%20E%20MIMOSO%20DO%20SULES/PESQUISA/Banco%20de%20Dados%20e%20Biblio/Pesquisa%20Hist%C3%B3rica/Vale%20do%20Itabapoana/Gerson%20Fran%C3%A7a%20Equ%C3%ADvoco%20da%20Vila%20da%20Rainha%20chega%20ao%20Esp%C3%ADrito%20Santo.htm>

